

A semana foi marcada por audiências públicas na CVJ. Na que reuniu mais pessoas, atletas de várias modalidades defenderam a criação de sistema de incentivo ao esporte via renúncia fiscal (em mecanismo similar ao que funciona o mecenato do Simdec). Nas outras duas audiências, moradores pediram condições mais favoráveis para a regularização de casas e prédios e associações de moradores apresentaram suas principais dificuldades.

A semana foi marcada por audiências públicas na CVJ. Na que reuniu mais pessoas, atletas de várias modalidades defenderam a criação de sistema de incentivo ao esporte via renúncia fiscal (em mecanismo similar ao que funciona o mecenato do Simdec). Nas outras duas audiências, moradores pediram condições mais favoráveis para a regularização de casas e prédios e associações de moradores apresentaram suas principais dificuldades.

Confira os principais destaques da semana.

Audiências Públicas

Em audiência pública na segunda-feira (16) [grupos de atletas de várias modalidades lotaram o Plenário](#) em apoio a projeto de lei que permite ao contribuinte físico ou jurídico destinar até 30% do Imposto sobre Serviços (ISS) a programas esportivos (PL 140/2017). O texto é de autoria do vereador Fernando Krelling (PMDB), e aguarda análise das comissões de Finanças e Educação antes de ser votado em Plenário.

Na terça (17), os vereadores ouviram as observações de moradores e proprietários de imóveis da cidade sobre o PLC 15/2018, que restabelece meios para regularização de casas e prédios. O projeto surge para que imóveis que tenham ficado irregulares desde que a LOT entrou em vigor, em 9 de janeiro de 2017, possam ser regularizados. A regularização seria feita pela Prefeitura mediante compensação financeira a ser quitada pelos proprietários. Na audiência, [municípios pediram ampliação do prazo proposto para requerimento da regularização, além da diminuição dos valores de compensação](#). O texto é de autoria da Prefeitura e ainda está em debate na Comissão de Legislação, primeiro passo da tramitação.

Na quarta-feira (18) audiência pública da Câmara de Vereadores de Joinville [reuniu associações de moradores da cidade para debater os problemas pelos quais passam as entidades](#)

Excesso de burocracia, dificuldade para obter e manter a permissão de uso de espaço público, falta de apoio especializado e dificuldades financeiras foram algumas das reclamações dos representantes das associações.

Plenário aprovou

Um dos [projetos aprovados pelo Plenário nesta semana](#) foi o PLC 122/2017, de autoria da Prefeitura. Se for sancionada, a lei vai alterar a estrutura de cargos da Prefeitura e do Hospital Municipal São José (HMSJ), extinguindo os de eletricitista, telefonista, mecânico de manutenção, agente de estoque de materiais, entre outros no HMSJ e os de almoxarife, agente de laboratório e técnico de prótese dentária na Prefeitura. Entre os que estão sendo criados está o de tradutor-intérprete de Libras.

Outro projeto de lei aprovado pelo Plenário referente ao São José é a permissão de uso de sala para o Banco de Olhos de Joinville. O Banco já utiliza o espaço há 40 anos e a permissão, conforme o texto da Prefeitura, a lei seria uma formalidade para manter as atividades de apoio da instituição a transplantes de córneas realizados no hospital.

Comissões

Na segunda (16), a [Comissão de Legislação se manifestou favorável a projeto que universaliza castração de cães e gatos](#). O PLC 121/2017 foi aprovado com emenda que estabelece prazo de 180 dias para que a lei entre em vigor. O PLC tem como objetivo que a castração gratuita seja ampliada para todos os cães e gatos em Joinville, com prioridade para os animais de rua, os tutelados por ONGs e por cidadãos em vulnerabilidade social. O texto, de autoria da vereadora Ana Rita (Pros) precisa passar ainda pelas comissões de Urbanismo e Finanças antes de poder ser apreciado pelo Plenário.

Ainda na segunda, a [Comissão de Legislação debateu o PLC 2/2018](#), que pretende a proibição de caçambas estacionadas em ruas no período noturno (entre 19h de um dia e as 6h do seguinte). O assunto já havia sido discutido no último dia 26, com as secretarias de

Agricultura e Meio Ambiente (Sama) e Proteção Civil e Segurança Pública (Seprot). Na reunião desta semana, a Associação Joinvilense dos Transportadores de Resíduos (Ajotre) e defendeu a posição que o projeto de lei é inviável para a atividade. O texto também está primeira fase de tramitação.

Na terça (17), a [Comissão de Urbanismo aprovou parecer pela aprovação do Projeto de Lei 293/2017](#), que obriga a Prefeitura a instalar alertas sonoros nos semáforos de cruzamentos da cidade. O objetivo é facilitar a travessia de pessoas com deficiência visual. A proposta é do vereador Rodrigo Fachini (PMDB). O texto ainda precisa ser avaliado pela Comissão de Cidadania antes de ser apreciado pelo Plenário.

Virou lei

Foi sancionada pelo prefeito Udo Döhler a [Lei 8.553/2018](#) que inclui a Feira do Príncipe no Calendário Oficial do Município, tendo como data o segundo domingo de cada mês. A proposta era de autoria do vereador Rodrigo Coelho (PSB). O reconhecimento legal significa que o evento ganha a dimensão de uma atividade a ser mantida na cidade.

Outra norma sancionada esta semana pelo prefeito é a [Lei Complementar 497/2018](#), que atualizou regras na lei de 1998 que proíbe a venda de tinta spray para menores de 18 anos. A alteração deixou foi mais específica sobre como deve ser o cadastro dos compradores, passou a exigir que o produto esteja em expositores fechados e também atualizou os valores das multas.

Na norma antiga as multas estavam sendo cobradas por unidade fiscal de referência (Ufir), enquanto a atual referência para a Prefeitura são as Unidades Padrão Municipais (UPM), atualizadas mensalmente. A proposta partiu de texto do vereador Mauricinho Soares (PMDB) protocolado em 2014.

Texto: Jornalismo CVJ